

Estudo Técnico Preliminar 134/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.178739/2024-49

2. Introdução

Trata-se da necessidade da contratação de empresa para prestação de apoio técnico especializado, com dedicação exclusiva, cujo objetivo é a realização das atividades de acompanhamento e monitoramento do mercado do transporte rodoviário de cargas, Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), Vale Pedágio Obrigatório (VPO), Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), dentre outras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade integrante da Administração Federal indireta, é uma Autarquia Especial vinculada ao Ministério dos Transportes, encarregada da administração dos diversos sistemas de transporte terrestre do país, entre os quais se encontram as concessões rodoviárias e ferroviárias federais, o transporte de cargas e o transporte interestadual e internacional de passageiros.

Criada mediante a Lei nº 10.233, do dia 5 de junho de 2001, a Agência vem em um processo de maturidade e crescimento, desde a sua criação, onde os atuais ritmos de trabalhos e atividades impõem uma grande necessidade de serviços de apoio, de forma a assegurar que esta cumpra com maestria sua missão nas concessões, permissões e autorizações, nos modais ferroviário, rodoviário e dutoviário.

A Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC, aprovada pelo Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em sua resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, tem como competências, conforme disposto no artigo 34:

I - acompanhar o mercado de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas;

II - efetuar o registro de transportadores rodoviários no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC;

III - acompanhar os fretes praticados no transporte rodoviário de cargas;

IV - propor a habilitação e autorizar a operação das empresas fornecedoras de Vale-Pedágio obrigatório;

V - propor a habilitação e registrar: a) os operadores de transporte multimodal; e b) o transportador rodoviário internacional de cargas;

VI - efetuar o registro do transportador rodoviário de produtos perigosos;

VII - propor regulamentação:

a) aos serviços de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas;

b) ao RNTRC;

c) ao transporte rodoviário de produtos perigosos, em articulação com a Superintendência de Transporte Ferroviário;

d) ao Vale-Pedágio obrigatório; e

e) ao pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas;

VIII - propor medidas que visem assegurar a competitividade dos serviços de transporte rodoviário de cargas;

IX - articular com entidades de classe, transportadores, embarcadores, agências reguladoras de outros modos de transporte, órgãos de governo e demais envolvidos com a movimentação de bens para promover o transporte multimodal;

X - organizar e manter o cadastro de dutovias e de empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte dutoviário, articulando junto a outros órgãos, visando uma análise sistêmica e multimodal do transporte dutoviário; e

XI - atuar nas questões relativas ao transporte internacional rodoviário e multimodal de cargas.

Porém, constitui um desafio a ser enfrentado pela Administração possibilitar que a força de trabalho dos servidores seja direcionada para serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; serviços considerados estratégicos, ou relacionados à poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção (art 3º do Decreto nº 9.507/2018). Assim, o presente estudo tem por meta o apontamento de meios efetivos aos desafios abaixo elencados:

1. Servidores públicos executam atividades auxiliares, instrumentais e acessórias;
2. Demanda reprimida por serviços técnicos especializados na Administração Pública;
3. Paradigma quanto à impossibilidade de execução, de forma indireta, de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias;
4. Complexidade no desenho de serviços de apoio técnico especializado pelos órgãos e entidades públicos.

Nesse contexto, visando desempenhar suas atividades de forma a atender os anseios da sociedade, a ANTT necessita realizar a contratação de apoio técnico especializado às atividades da Superintendência de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas para realização das atividades de acompanhamento e monitoramento do mercado do transporte rodoviário de cargas, Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), Vale Pedágio obrigatório (VPO), Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), Documento Eletrônico de Transporte (DTe), dentre outras.

Este apoio técnico especializado atuará de forma crítica, auxiliando a SUROC em atividades de grande impacto em toda a sociedade, subsidiando com informações e análises, destacadamente, o processo regulatório de todo o setor de transporte de cargas. Assim, insta a necessidade de profissionais com experiência profissional comprovada, que além da formação acadêmica tenham senso crítico e capacidade de análise.

A contratação de serviços de apoio técnico especializado surge, portanto, de uma demanda reprimida por serviços técnicos especializados na SUROC/ANTT. Tem-se como objetivo apoiar a superintendência no desenvolvimento das atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, de forma a melhor empregar os servidores públicos em atividades que visem ao alcance dos objetivos institucionais.

Imperioso salientar que essa contratação, amparada no Decreto nº 9.507/2018, é uma alternativa efetiva às formas de contratações previstas nas Leis 8.112/90 e 8.745/93, que requerem recursos financeiros, pessoais e temporais específicos, com foco distinto a este projeto. A Lei 8.745/93 que trata da contratação de servidores por tempo determinado traz um rol específico de situações aplicáveis, não suprimindo completamente os anseios do serviço público federal. Por sua vez, a utilização de servidores provenientes de cargos comissionados, com previsão na Lei 8.112/90, são direcionados a cargos de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, necessidade divergente do que se busca nessa contratação.

O Decreto 9.507/2018 trouxe um novo rol de possibilidades de execução indireta, mediante contratação, de serviços para administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Conforme o artigo 2º, cabe ao Ministro da Economia, ou quem vier a substituí-lo, estabelecer quais serviços deverão ser preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, desde que observadas as vedações estabelecidas no Decreto, em especial as do artigo 3º:

Administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

Entende-se, portanto, que o objeto da presente contratação não se confunde com as contratações previstas nas Leis 8.112/90 e 8.745/93. A contratação proposta destina-se à realização de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias aos assuntos da área de competência legal da Administração, na expectativa de proporcionar melhores condições para atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhorar o desempenho das atividades acessórias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para fortalecer a gestão administrativa.

Importante salientar, também, que a contratação objeto deste estudo visa contribuir para a continuidade das atividades da ANTT, como preconiza o princípio da continuidade dos serviços públicos, auxiliando no desempenho das atividades prestadas à sociedade e seus usuários. Necessário, também, informar que a contratação pretendida não terá o condão de usurpar a competência de nenhuma carreira da Agência, pelo contrário, dará suporte aos servidores para que estes foquem em serviços que envolvam a tomada de decisão nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão, controle e aqueles considerados estratégicos.

A execução indireta dos serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios por meio da contratação de empresa especializada contribuirá para que a Contratante fortaleça sua atuação de forma dinâmica, na medida em que possibilitará seus servidores concentrarem esforços no exercício de suas atribuições estratégicas.

Foram identificados os seguintes aspectos, que motivaram a propositura desta contratação:

- a. continuidade da execução das atividades e da produtividade;
- b. demanda reprimida por serviços técnicos especializados na SUROC;
- c. imprescindibilidade das atividades auxiliares, instrumentais e acessórias nas áreas de economia, análise de sistema e estatística;
- d. paradigma quanto à impossibilidade de execução, de forma indireta, de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias.

Após análise e levantamentos preliminares, a SUROC empreendeu os estudos necessários para viabilizar o processo de licitação para a contratação de serviços especializados nas áreas jurídica, administrativa, economia, análise de sistema e estatística.

Portanto, essa contratação é essencial para a continuidade e qualidade das muitas atividades sob a responsabilidade da SUROC, coadunando-se ao interesse público, tendo em vista a adequada atuação do ente regulador.

Destacamos que, haja vista a natureza da necessidade que os serviços a serem contratados visam suprir com o contínuo trabalho dos colaboradores para auxiliar e subsidiar a atuação dos servidores em diversos projetos e atividades, incluindo demandas advindas das competências institucionais da SUROC e que demandam atuação responsiva, justifica-se a contratação atrelado a Índices de Medição de Resultados.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas	José Aires Amaral Filho

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação em comento tem a natureza de serviço continuado, pois visa atender a uma necessidade de forma permanente e contínua, em aderência aos preceitos da IN n.º 05/2017 MPDG/SEGES, que dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de

contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e que define que:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global do objeto a ser licitado.

A planilha de custos e formação de preços utilizada na composição dos custos será a constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº5, de 26 de maio de 2017.

6. Qualificação Técnica

É de responsabilidade da CONTRATADA buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas a seguir. Neste sentido, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

1. Estatístico Pleno (CBO: 2112-05)

Requisitos:

I - Escolaridade:

Curso superior em Estatística.

II - Conhecimento:

Conceitos estatísticos relacionados (mediana, média, moda, quartis), planejamento amostral, análise de campo amostral, levantamento de dados.

III - Experiência

Experiência de no mínimo 3 anos de atuação na área.

IV - Habilidades e atitudes esperadas:

Boa comunicação oral e escrita, domínio de ferramentas do Microsoft Office (Excel, Power BI ou similar, etc.), perfil analítico, inovação, proatividade, capacidade de iniciativa, resolução de problemas, espírito de trabalho em equipe.

V - Atividades:

As atribuições da SUROC, descritas no Art.34 da Resolução ANTT nº 5.976/22, para acompanhar o mercado de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas e acompanhar os fretes praticados no transporte rodoviário de cargas, são realizadas através da análise dos dados obtidas nas bases de dados dos sistemas RNTRC e PEF.

Para o acompanhamento do mercado de transporte rodoviário de cargas é preciso realizar estudos estatísticos a respeito das atividades dos transportadores e, portanto, torna-se necessária a contratação de um profissional com perfil de estatístico, para auxiliar na construção de relatórios gerenciais utilizando banco de dados de sistemas próprios da

ANTT Entre os projetos relacionados estão a elaboração e acompanhamento de Indicador estratégico de regulação do Transporte Rodoviário de Cargas, e outros projetos de estudos sobre o TRC desenvolvidos em parcerias com confederações do setor.

2 - Economista Pleno(CBO: 2512-05)

Requisitos:

I - Escolaridade

Curso superior em Economia.

II - Conhecimento

Análise de mercados específicos, análise de riscos, conjuntura econômica, gerenciamento de projetos.

III - Experiência

Mínimo de 3 anos de atuação na área.

IV - Habilidades e atitudes esperadas

Boa comunicação oral e escrita, domínio de ferramentas Office, perfil dinâmico e analítico, proatividade, capacidade de iniciativa, resolução de problemas, espírito de trabalho em equipe.

V - Atividades

A Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPMTRC) foi criada pelo Governo Federal em resposta à manifestação dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018. Foi criada a Lei 13.703/2018 que passou a estabelecer a PNPM-TRC, visando orientar a negociação dos fretes praticados no mercado do TRC.

O objetivo maior da Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete é estimular uma negociação de fretes mais equilibrada e justa no mercado no mercado do TRC, prevenindo que, por falta de informações, fretes economicamente inviáveis passem a ser praticados, o que gera tendência de concorrência predatória no setor, cujas consequências acabam retornando para a sociedade na forma de acidentes e outras externalidades.

Assim, com a PNPM, as transportadoras e especialmente os caminhoneiros - que não raro possuem nível de instrução mais restrito - passam a ter uma informação adicional importante, que é uma referência de valor mínimo do frete adequado para cada viagem específica, estimado com base em metodologia econômica e estatística, devidamente regulamentada, cujos coeficientes são atualizados periodicamente pela SUROC.

A Lei determina que sejam feitas duas revisões ordinárias dessa metodologia, com realização de pesquisas de mercado, para coleta de valores dos insumos bem como correções de alguns desses insumos por índices inflacionários. Além disso, a PNPM acompanha o mercado de combustíveis, atualizando os cálculos do piso mínimo de frete sempre que o aumento acumulado do diesel ultrapassa o gatilho de 5%.

Dessa forma, visando aprimoramento e adequada implementação da PNPM, a SUROC prevê a necessidade de contratação profissionais de especialização específica. Aos Economistas caberia atuar nos estudos de atualização da metodologia, avaliando insumos e coeficientes do piso mínimo de frete, bem como no acompanhamento do mercado para avaliar a aderência aos valores utilizados como referência.

Já aos profissionais estatísticos caberia atuar nas pesquisas e levantamentos de dados junto ao mercado - na definição da população-alvo e levantamento de cadastros, planejamento amostral, tratamento estatístico dos dados - que subsidiam as revisões ordinárias na PNPM.

Essa equipe foi dimensionada, de modo a reforçar com qualificação especialista e em quantitativo adequado, compatível com a importância econômica e mesmo social que PNMP possui.

3 - Gestor de Projetos (CBO 1427-05)

Requisitos:

I - Escolaridade

Diploma, devidamente registrado de graduação em qualquer curso superior fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

II - Conhecimento

Habilidades de comunicação, pesquisa e pensamento crítico, além de metodologias ágeis (Kanban, Scrum etc), análise de negócios/requisitos, business intelligence, mapeamento de fluxos e processos, testes em sistemas, gerenciamento de projetos visualização de dados, análise de dados, estatística e matemática.

III - Experiência

Experiência mínima de 03 (três) anos em atividades de Gerenciamento de Projetos.

IV - Habilidades e atitudes esperadas

Deve aplicar o conhecimento desenvolvido no domínio de negócio, identificando problemas, ineficiências ou oportunidades estrategicamente importantes para melhorias significativas, além de apoiar a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas em suas atividades vinculadas à habilitação, ao registro dos operadores e ao acompanhamento do mercado de transporte rodoviário de cargas visando a melhoria do setor.

Além das habilidades técnicas, deve possuir as seguintes habilidades comportamentais:

- Liderança;
- Gestão de operações;
- Organização;
- Boa comunicação;
- Perfil negociador;
- Resiliência;
- Adaptabilidade;
- Visão analítica, sabendo avaliar os riscos;
- Planejamento;
- Focado em resultados;
- Conhecimento da língua inglesa.

V - Atividades

- Prestar apoio técnico especializado à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas nas atividades vinculadas à habilitação e ao registro de transportadores rodoviários de cargas a nível nacional e internacional;
 - Prestar apoio técnico especializado à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas nas atividades vinculadas à habilitação e ao registro dos operadores de transporte multimodal;
 - Prestar apoio técnico especializado à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas nas atividades de acompanhamento do mercado de transporte multimodal de cargas.
- Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo Ministério da Educação (MEC), validado pelo Conselho Profissional Competente.

7. Levantamento de Mercado

Os valores previstos nas remunerações dos profissionais foram baseados em pesquisa de preços realizada por intermédio da consulta de valores constantes em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, conforme prescrito no inciso III do Art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

Foram coletados, para cada posto que se deseja contratar, os salários praticados no mercado, conforme Tabela 1 - "Pesquisa de Preços com Valores Pagos no Mercado" abaixo:

1 - PESQUISA DE PREÇOS COM VALORES PAGOS NO MERCADO
QUADRO RESUMO

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	1	2	3	4	5	6	MÉDIA
1	Estatístico Pleno	2112-05	9.172,19	9.526,36				9.058,29	9.252,28
2	Economista Pleno	2512-05	9.930,93	10.585,42			9.569,21	9.930,93	10.004,12
3	Gestor de Projetos	1427-05	17.911,36	12.620,88	26.100,00	28.000,00		7.848,22	18.496,09
VALOR TOTAL ESTIMADO									

1 - <https://www.salario.com.br>

2 - <https://www.glassdoor.com.br>

3 - <https://www.roberthalf.com.br>

4 - <https://michaelpage.com.br>

5 - <https://fia.com.br>

6 - <https://cargos.com.br>

Utilizou-se como limite os parâmetros e os códigos dos cargos no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, buscando remunerações que estivessem adequadas ao perfil do profissional, nível de escolaridade, tempo de experiência, local de atuação e requisitos do profissional. Desta forma, utilizou-se a média dos salários pagos aos trabalhadores, destacando que ao valor da média mensal de salário praticado não estão acrescidos os benefícios tais como vale alimentação, auxílio saúde e demais benefícios.

A aplicação da média para calcular o valor do salário para cada posto a ser contratado leva em consideração ser tipicamente a melhor medida de tendência central porque leva todos os valores em consideração.

Através desse parâmetro estabelecido buscou-se mitigar a contratação de profissionais que não atendessem as demandas do serviço público federal, seja por solicitação de requisitos mínimos abaixo do necessário, ocasionando profissionais com perfil abaixo do esperado, seja por cobrança por uma qualificação acima da necessária para as atividades, de forma que o profissional tivesse qualificação e remuneração superior ao que se busca, ocasionando prejuízo ao erário. Tais fatores poderiam trazer dificuldades à administração, resultando em baixa qualidade nas entregas, atrasos, retrabalho, rotatividade de profissionais e necessidade em realizar novos treinamentos para os profissionais.

Desta forma, as pesquisas para a estimativa de custos e formação de preços foram feitas para profissionais com experiência superior aos profissionais habitualmente encontrados no mercado, conforme justificada a necessidade no ponto “6” deste ETP. Assim, os valores serão, necessariamente, superiores aos previstos por convenções coletivas, acordos ou dissídios coletivos de trabalho.

Acreditamos ser pertinente e de extrema importância a sugestão de um salário referência como forma de buscar mão de obra qualificada e reduzir os níveis de turnover, tendo em vista que a contratação em tela se mostra estratégica, sendo inconcebível a contratação de mão de obra de baixa qualificação ou com alta possibilidade de rotatividade na prestação dos serviços.

No que concerne às possíveis remunerações previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho CCT's normalmente se referem "piso salarial" atribuído aos profissionais em início de carreira, diferentemente dos profissionais necessários na prestação dos serviços, objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Os salários dos profissionais não poderão ser inferiores aos que serão estabelecidos, em sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho do sindicato aos quais os profissionais estejam vinculados.

Necessário salientar que a utilização de valores salariais constantes em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, com valores superiores (em caso de prever na CCT) aos valores constantes das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's) visa preservar dignidade do trabalho, criar condições propícias à eficiente realização do serviço, proporcionar uma remuneração compatível com perfil exigido, que certamente influirá na motivação, produtividade na qualidade dos serviços prestados, evitando-se, assim, êxodo de profissionais ambientados ao serviço.

Portanto, utilizar-se-á os valores salariais obtidos na pesquisa de preços em pesquisa de preços realizada por intermédio da consulta de valores constantes em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, conforme prescrito no inciso III do Art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021. Importante salientar que a remuneração e os demais benefícios deverão respeitar as Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre os sindicatos da categoria profissional.

Acrescenta-se o fato de que a utilização da CCT nesta contratação objetiva estabelecer um parâmetro para as despesas obrigatórias e respectivos benefícios como auxílio alimentação, plano de saúde, eventuais seguros e outros, como também, servir como parâmetro legal para futuras repactuações e reajustes salariais.

8. Descrição da solução como um todo

A contratação abrange a contratação de apoio técnico especializado às atividades da Superintendência de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas para realização das atividades de acompanhamento e monitoramento do mercado do transporte rodoviário de cargas, Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), Vale Pedágio obrigatório (VPO), Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), dentre outras, a serem executados de forma contínua com dedicação exclusiva de mão de obra em regime de execução de empreitada por preço global.

Adicionalmente, esta contratação é fundamental para que haja a continuidade das ações hoje realizadas por meio do Contrato Administrativo nº 34/2023, celebrado no âmbito da Agência.

Assim, seguem abaixo as descrições das atuações dos profissionais a serem contratados:

Economista: Pleno (1)

A Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPMTRC) foi criada pelo Governo Federal em resposta à manifestação dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018. Foi criada a Lei 13.703/2018 que passou a estabelecer a PNPM-TRC, visando orientar a negociação dos fretes praticados no mercado do TRC.

O objetivo maior da Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete é estimular uma negociação de fretes mais equilibrada e justa no mercado no mercado do TRC, prevenindo que, por falta de informações, fretes economicamente inviáveis passem a ser praticados, o que gera tendência de concorrência predatória no setor, cujas consequências acabam retornando para a sociedade na forma de acidentes e outras externalidades.

Assim, com a PNPM, as transportadoras e especialmente os caminhoneiros passam a ter uma informação adicional importante, que é uma referência de valor mínimo do frete adequado para cada viagem específica, estimado com base em metodologia econômica e estatística, devidamente regulamentada, cujos coeficientes são atualizados periodicamente pela SUROC.

A Lei determina que sejam feitas duas revisões ordinárias dessa metodologia, com realização de pesquisas de mercado, para coleta de valores dos insumos bem como correções de alguns desses insumos por índices inflacionários. Além disso, a PNPM acompanha o mercado de combustíveis, atualizando os cálculos do piso mínimo de frete sempre que o aumento acumulado do diesel ultrapassa o gatilho de 5%.

Dessa forma, visando aprimoramento e adequada implementação da PNPM, a SUROC prevê a necessidade de contratação profissionais de especialização específica. Aos Economistas caberia atuar nos estudos de atualização da metodologia, avaliando insumos e coeficientes do piso mínimo de frete, bem como no acompanhamento do mercado para avaliar a aderência aos valores utilizados como referência.

Já aos profissionais estatísticos caberia atuar nas pesquisas e levantamentos de dados junto ao mercado - na definição da população-alvo e levantamento de cadastros, planejamento amostral, tratamento estatístico dos dados - que subsidiam as revisões ordinárias na PNPM.

Essa equipe foi dimensionada, de modo a reforçar com qualificação especialista e em quantitativo adequado, compatível com a importância econômica e mesmo social que PNMP possui.

A atuação do profissional dar-se-á como apoio e suporte aos servidores no âmbito das demandas hodiernas e excepcionais e, majoritariamente, respondendo a provocações internas e externas. Desta forma, a única forma de contratação que satisfará as necessidades da SUROC é a contratação por posto de trabalho e que o profissional esteja disponível de forma exclusiva para esta atividade.

É importante destacar que existem aproximadamente 772 mil de transportadores, sendo que 75,7%, destes são autônomos, atuando nas mais diversas operações de transporte da cadeia produtiva como entrega e abastecimento. Todos estes agentes são diretamente impactados pela regulamentação do PNPM, sobretudo quanto a sua precisão e tempestividade. Assim, considerando os muitos fatores que o compõe e a capacidade normativa que a ANTT tem neste âmbito, é indispensável que os colaboradores, além do conhecimento técnico advindo da graduação, possuam experiência comprovada, para mitigar os riscos regulatórios com um aprofundado senso crítico.

Estatístico: Pleno (2)

As atribuições da SUROC, descritas no Art.34 da Resolução ANTT nº 5.976/22, para acompanhar o mercado de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas e acompanhar os fretes praticados no transporte rodoviário de cargas, são realizadas através da análise dos dados obtidas nas bases de dados dos sistemas RNTRC e PEF.

Para o acompanhamento do mercado de transporte rodoviário de cargas é preciso realizar estudos estatísticos a respeito das atividades dos transportadores e, portanto, torna-se necessária a contratação de um profissional com perfil de estatístico, para auxiliar na construção de relatórios gerenciais utilizando banco de dados de sistemas próprios da ANTT.

Entre os projetos relacionados estão a elaboração e acompanhamento de Indicador estratégico de regulação do Transporte Rodoviário de Cargas, e outros projetos de estudos sobre o TRC desenvolvidos em parcerias com confederações do setor.

A atuação do profissional dar-se-á como apoio e suporte aos servidores no âmbito das demandas hodiernas e excepcionais e, majoritariamente, respondendo a provocações internas e externas. Desta forma, a única forma de contratação que satisfará as necessidades da SUROC é a contratação por posto de trabalho e que o profissional esteja disponível de forma exclusiva para esta atividade.

Ademais, as informações geradas neste âmbito são fundamentais para subsidiar o poder público para planejar suas políticas públicas como, por exemplo, política fiscal sobre combustíveis, incentivos à renovação de frota, medidas para mitigação dos impactos ambientais e benefícios assistenciais (como previsto pela Emenda Constitucional nº 123). Assim, para que se mitiguem os riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades, é fundamental que os profissionais possuam experiência comprovada.

Gestor de Projetos (2)

Estão entre as atribuições da SUROC o acompanhamento do mercado de transporte multimodal, e rodoviário nacional e internacional de cargas, e também dos fretes praticados. Por ser um mercado que gera um volume bastante grande de dados, para seu devido acompanhamento torna-se necessário o apoio de profissional que tenha habilidades de comunicação, pesquisa e pensamento crítico, além de conhecimento de metodologias ágeis (Kanban, Scrum etc), análise de negócios/requisitos, business intelligence, mapeamento de fluxos e processos, testes em sistemas, gerenciamento de projetos visualização de dados, análise de dados, estatística e matemática para aplicar o conhecimento desenvolvido no domínio de negócio, identificando problemas, ineficiências ou oportunidades estrategicamente importantes para melhorias significativas, além de apoiar a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas em suas atividades vinculadas à habilitação, ao registro dos operadores e ao acompanhamento do mercado de transporte rodoviário de cargas visando a melhoria do setor.

A atuação do profissional dar-se-á como apoio e suporte aos servidores no âmbito das demandas hodiernas e excepcionais e, majoritariamente, respondendo a provocações internas e externas. Desta forma, a única forma de contratação que satisfará as necessidades da SUROC é a contratação por posto de trabalho e que o profissional esteja disponível de forma exclusiva para esta atividade.

As atividades a serem desenvolvidas por estes profissionais dependem tanto do conhecimento técnico quanto da habilidade de interagir com as áreas responsáveis pela manutenção e desenvolvimento dos sistemas e intermediar o contato com as áreas técnicas da SUROC, habilidades estas que ultrapassam a formação acadêmica e apenas são desenvolvidas com a experiência profissional.

Considerando as atividades a serem desenvolvidas, os profissionais empregados deverão ser enquadrados nos seguintes códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ou em outras que vierem a substituí-las.

Tabela 2: CBO das Categorias Profissionais

CATEGORIA PROFISSIONAL	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO
Estatístico Pleno	2112-05
Economista Pleno	2512-05
Gestor de Projetos	1427-05

A contratação se fará por meio de alocação de postos de trabalho, 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira.

A jornada de trabalho diária será fixada em conformidade com as convenções coletivas de trabalho de cada categoria profissional, podendo a Contratante efetuar alteração no horário da prestação dos serviços, de acordo com o interesse da Administração, respeitando a legislação trabalhista vigente.

De acordo com os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e considerando que os serviços objeto da nova contratação almejada deverão ser prestados de forma contínua, será possível que contratos de serviço contínuo sejam prorrogados por até 10 anos, desde que haja previsão no edital/aviso e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

5.1 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Estatístico Pleno	Posto de Trabalho	2
2	Economista Pleno	Posto de Trabalho	1
3	Gestor de Projetos	Posto de Trabalho	2

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.660.712,28

Valor (R\$): 1.660.712,28 (Um milhão, seiscentos e sessenta mil, setecentos e doze reais e vinte e oito centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento apresenta os riscos de perda de economia de escala, aumento de possibilidade de licitação deserta e ônus administrativo para a contratante.

Existe economia de escala pois existe economia quando da substituição dos profissionais, bem como com a gestão do contrato, o qual prevê um número reduzido de postos e, caso fragmentado, aumenta, proporcionalmente, o custo administrativo para a contratada gerir o contrato.

Caso haja o parcelamento, existem categorias com pouquíssimos postos, até mesmo que requerem apenas um único profissional e com experiência acima da normalmente encontrada no mercado. Parcelar a solução majora a chance de que alguns dos postos não apresentem propostas, por se afigurarem como contratos muito pequenos e com uma elevada especificidade, o que frustrará os objetivos da Administração Pública.

Por fim, o parcelamento, gera um maior ônus para a própria Administração Pública, a qual terá que gerenciar diversos contratos pequenos. Destacamos que o objetivo do contrato é justamente mitigar a crônica falta de mão de obra da área demandante e, assim, eventual multiplicidade de contratos iria sobrecarregar ainda mais os poucos servidores existentes.

Assim, não haverá parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações, tampouco a necessidade de contratações correlatas.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda encontra-se aderente ao Planejamento Orçamentário da ANTT, pois dar-se-á em substituição ao contrato nº 34/2023, que fora prorrogado até 04/02/2025.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta, com foco em serviços acessórios de caráter continuado e mão de obra exclusiva, se baseia principalmente no preceito do art.10, § 7º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização

da Administração Federal, para demonstrar as vantagens que o contrato pode apresentar, senão vejamos:

“Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

(...)

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.”

Diante do exposto, verifica-se que o referido Decreto-Lei direciona a Administração Pública no sentido proposto por este Estudo, desonerando a força de trabalho da Administração dessas atividades acessórias.

Pretende-se por meio da presente contratação subsidiar os servidores desta SUROC com levantamentos, informações e avaliações técnicas que permitam o entendimento das condições e circunstâncias relacionadas aos assuntos de competência desta Superintendência. Assim, a contratação possibilita que os gestores da ANTT, juntamente com suas equipes de servidores, possam focar seus esforços nas atividades finalísticas da Agência, uma vez que as atividades acessórias desta contratação estarão garantidas.

A terceirização, além de ser mais econômica, uma vez que se baseia em preços praticados no mercado privado, possibilita que a Administração foque em matérias finalísticas da Agência.

Negligenciar esses fatores fragiliza a ANTT, na medida que inviabiliza a ampliação das suas áreas de atuação, justamente pelo enrijecimento funcional.

15. Providências a serem Adotadas

Não será necessária a adequação do ambiente organizacional ANTT para que a contratação surta seus efeitos.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Inexistem riscos ambientais decorrentes dessa aquisição, visto que os cuidados com os resíduos e descartes das embalagens são observados pelo setor responsável.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Essa equipe declarar que a contratação é viável e razoável com base nos elementos colhidos durante os Estudos Preliminares. (inciso XIII, art. 7º, IN 40/2020)

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IANA ARAUJO RODRIGUES

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/12/2024 às 11:15:34.

VICTOR KAMEI CARNEIRO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/12/2024 às 11:13:09.